

1. Identificação

Cód. Disciplina	Período	Créditos	Carga Horária	
D-16	3º	04	Semanal	Semestral
			04	60
Curso	Nome da Disciplina / Curso			
DIREITO	DIREITO PENAL I – PARTE GERAL			

2. Pré-Requisito

D-07 HERMENÊUTICA JURÍDICA (MATRIZ 2008/01)

3. Ementa

Introdução: Ciências Penais, Princípios do Direito Penal. A Norma Penal. Aplicação da Lei Penal. Da Interpretação da Lei Penal. Do Crime: Conceito legal, material e formal do crime. Teoria do crime. Da Ação. Da Tipicidade. Da consumação e Tentativa. Da Antijuridicidade. Da Culpabilidade. Do Concurso de Pessoas. Das Penas: espécies, cominação, aplicação, suspensão condicional, Livramento condicional, efeitos da condenação e reabilitação. Das Medidas de segurança. Da Ação Penal. Da Extinção da Punibilidade.

4. Objetivos

GERAIS

Propiciar o estudante de Direito a entender o caráter social do Direito Penal, os Fundamentos do Direito Penal e sua função específica de tutela jurídica de bens e valores essenciais à convivência humana. Direito Penal como ramo do Direito Público e sua relação jurídica com o Estado-Juiz – jus puniendi. Direito Penal como ciência cultural, normativa, valorativa e finalista.

5. Objetivos

ESPECIFICOS:

Oportunizar o estudo do Direito Penal, baseado em critérios metodológicos que permitiam o perfeito entendimento dos princípios e normas do Direito Penal, sua interpretação e efetivação. Desenvolver atividades para conhecimento, estudo e solução de problemas associados ao conteúdo das aulas, estimulando o raciocínio crítico do estudante e orientando –o ao trabalho de pesquisa, formulação de hipóteses, fundamentação e argumentação. Desenvolver as habilidades essenciais para uma verdadeira formação profissional do Bacharel em Direito.

6. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Ordenamento jurídico e Ciência Penal

Conceito De Direito Penal

O Direito Penal como regra de controle social e seu caráter fragmentário

O Direito Penal e as novas exigências sociais no Estado Democrático de Direito.

Metodologia do Direito Penal, como ciência de conteúdo jurídico.

Evolução histórica do Direito Penal

O Direito Penal Brasileiro, sua evolução histórica e influências.

2. A Teoria da Lei Penal:

Objetivos e finalidade do Direito

Fontes do Direito Penal: material, formal – conceito

Características das normas Penais.

Classificação das normas Penais.

Da Norma Penal em branco.

Integração da norma Penal.

3. Princípios Informadores do Direito Penal:

Princípios Gerais do Direito

Princípio da Legalidade.

Princípio da reserva Legal e seus desdobramentos.

Princípio da Anterioridade da lei Penal.

Princípios da Insignificância, da Alteridade e da Adequação Social.

6. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

4. Princípios Informadores do Direito Penal:

Princípios Gerais do Direito

Princípio da Legalidade.

Princípio da reserva Legal e seus desdobramentos.

Princípio da Anterioridade da lei Penal.

Princípios da Insignificância, da Alteridade e da Adequação Social.

5. Interpretação da Lei Penal:

Conceito, Definição e natureza da Interpretação.

Espécies de Interpretação.

Crítérios de Interpretação no Direito Penal.

Interpretação Analógica.

Emprego da Analógica no Direito Penal brasileiro.

Interpretação Analógica e Analogia – Distinção.

Princípio “in dubio pro reo” no Direito Penal.

Espécies de Analogia e Analogia “in bonam partem”

Outras Fontes Interpretativas.

6. Da Vigência da Lei Penal no tempo:

Nascimento e Renovação da Lei Penal

Princípios que regem os conflitos de Leis Penais no tempo

Hipóteses de Conflitos de Leis Penais no tempo

Irretroatividade da lei Penal – Lex Gravior e lex mitior e Abolitio criminis

Tempo do crime para a fixação da lei aplicável – Teorias

Novatio Legis Incriminadora, Novatio Legis in pejus e Novatio Legis in mellius

Lei intermediária e Combinação de Leis

Eficácia das Leis Penais Temporárias e Excepcionais e Extra-atividade da Lei Penal.

Normas Penais em branco e regras de Direito Intertemporal

7. Vigência da Lei Penal No Espaço:

Princípios de Direito Penal Internacional

Princípios da Territorialidade. Princípio adotado: Territorialidade temperada.

Princípio da Personalidade (ou nacionalidade)

Princípio da Defesa (ou real)

Princípio da Universalidade (ou da justiça Universal):

Lugar do Crime – Teorias (teoria adotada)

Eficácia da sentença Penal estrangeira A regra de “non bis in idem”

6. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

7. Teoria do Crime

- 7.1 Conceito
- 7.2 Aspecto Material, forma ou analítico.
- 7.3 Fato Típico (ou Injusto Típico)
- 7.4 Elementos do fato típico.
- 7.5 Classificação Legal e Doutrinária dos crimes
- 7.6 Culpabilidade e Punibilidade
- 7.7 Crime, ilícito civil e ilícito administrativo
- 7.8 Conduta humana de interesse Penal (conceito e teorias)
- 7.9 Formas de Conduta (ação e omissão)
- 7.10 Teoria casual ou naturalista da ação.
- 7.11 Teoria Finalista da ação.
- 7.12 Teoria Social da Ação
- 7.13 Teoria adotada no Direito Penal brasileiro
- 7.14 Caso fortuito ou de força maior. Natureza jurídica.

8. Relação de Casualidade

- 8.1 Teoria da equivalência dos antecedentes casuais (nexo de causalidade)
- 8.2 Causalidade nos crimes omissivos
- 8.3 Relevância da omissão (dever de cuidado – agente garantidor do não resultado)
- 8.4 Das causas supervenientes, concomitantes e pré-existentes
- 8.5 Causalidade nos crimes de ação e resultado (teorias)

9. Teoria da Tipicidade:

- 9.1 Conceito Injusto e Licidade
- 9.2 Evolução histórica da tipicidade
- 9.3 Tipicidade e antijuridicidade
- 9.4 Tipo Legal e suas variações
- 9.5 Princípios da Insignificância e da adequação social
- 9.6 Elementos constitutivos do tipo

10. Do Tipo Penal nos Crimes dolosos:

- 10.1 Fases da Conduta (Interna e externa)
- 10.2 Conceito e natureza do tipo doloso
- 10.3 Elementos subjetivos do tipo doloso
- 10.4 Teoria do crime doloso (da vontade, da representação e do assentimento)
- 10.5 Espécies de dolo. Teoria adotada pela Lei Penal brasileira

11. Teoria do Crime Culposo

- 11.1 Conceito e natureza do crime culposo
- 11.2 Elementos do fato típico culposo
- 11.3 Estrutura do tipo, ilicitude e culpabilidade.
- 11.4 Previsão e previsibilidade
- 11.5 Características do crime culposo: Imprudência, negligência e imperícia.

6. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

11.6 Espécies e Graus de culpa.

11.7 Compensação e concorrência de culpa.

11.8 Teorias: psicológica e normativa da culpa

12. Do Crime Preterdoloso:

12.1 Conceito do crime preterdoloso ou preterintencional

12.2 Elementos subjetivos e normativos. Momento do dolo e momento da culpa

13. Do crime Consumado e da Tentativa:

13.1 Conceito e natureza jurídica

13.2 O “Ler criminis”

13.3 A Consumação nas diversas modalidades de crime

13.4 Distinção entre crime consumado e crime exaurido

13.5 Atos preparatórios e executórios: Distinção

13.6 Conceito e Natureza jurídica

13.7 Formas de tentativas (perfeita e imperfeita, branca etc.)

13.8 Elementos subjetivos da tentativa

13.9 Atos executórios e interrupção da ação – motivos determinantes

13.10 Teorias do crime tentado (objetiva e subjetiva)

13.11 Infrações que não admitem tentativa

13.12 Aplicação da pena dos crimes tentados

14. Desistência Voluntária, Arrependimento Eficaz, arrependimento Posterior e Crime Impossível.

14.1 Conceito e natureza jurídica de desistência voluntária

14.2 Conceito e natureza jurídica do Arrependimento eficaz

14.3 Distinção entre Desistência voluntária e arrependimento eficaz

14.4 Conceito de Arrependimento posterior, Requisitos e natureza Jurídica.

14.5 Relevância da reparação posterior, Requisitos e natureza jurídica.

14.6 Conceito e natureza jurídica do crime impossível, Hipóteses de crime impossível.

14.7 Teorias relativas à punibilidade no crime impossível

14.8 Crime impossível, delito e estado de flagrante delito.

15. Erro de tipo

15.1 Erro de tipo e erro de proibição, Conceito.

15.2 Erro e delito putativo – formas

15.3 Erro provocado por terceiro e Resultado diverso do pretendido

15.4 Descriminantes putativas e Erro acidental

16. Excludentes de Ilícitude:

16.1 Estado de Necessidade: Conceito natureza jurídica, requisitos, excesso Punível.

16.2 Legítima Defesa, natureza jurídica, conceito e requisitos, moderação e excesso punível.

16.3 Estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito: conceito, natureza jurídica.

17. Da culpabilidade Penal:

17.1 Conceito de culpabilidade

17.2 Culpabilidade como pressuposto da pena

6. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 17.3 Teorias e elementos da culpabilidade
- 17.4 Imputabilidade e responsabilidade penal (critério biopsicológico).
- 17.5 Fundamentos da imputabilidade
- 17.6 Causas de exclusão de imputabilidade. Caso fortuito ou de força maior
- 17.7 Causas de redução da pena. Da coação irresistível
- 17.8 Menoridade Penal (Lei 8069/90)

18. Do Concurso de Pessoas:

- 18.1 Do concurso necessário e eventual
- 18.2 Formas do concurso de agentes: co-autoria e participação. Natureza jurídica
- 18.3 Requisitos do concurso de agentes. Pluralidade de condutas. Identidade de inflamação
- 18.4 Teorias do concurso de pessoas (unitária, dualista e pluralista)
- 18.5 Da Comunicabilidade. Do liame subjetivo e normativo
- 18.6 Da Participação mediante omissão. Relevância casual da conduta
- 18.7 Autoria (mediata e imediata), participação e autoria colateral.

19. Da Sanção Penal:

- 19.1 Conceito, finalidade e característica da pena.
- 19.2 Das espécies de pena (privada de liberdade, restrita de direitos e pecuniária)
- 19.3 Regimes de cumprimento da pena. Direitos do preso. Direito ao Trabalho. Especificidades da Lei 7.210/84
- 19.4 Da Cominação das penas e sua Convenção
- 19.5 Da aplicação da pena. Circunstâncias agravantes e atenuantes.
- 19.6 Da Medida de segurança: conceito, pressupostos, espécies e substituição.
- 19.7 Sistema vicariante e prazo
- 19.8 Conceito de periculosidade: real e presumida

20. Da Suspensão Condicional da Pena:

- 20.1 Da Suspensão Condicional da Pena:
- 20.2 Sistema, Formas e Requisitos para aquisição.

21. Do Livramento condicional:

- 21.1 Conceito e Finalidade, Pressupostos, Causas de revogação e seus efeitos.
- 21.2 Revogação obrigatória e facultativa do livramento condicional, Especialização das condições, Prorrogação do período de prova, Exclusão de estrangeiros.

22. Dos Efeitos da Condenação:

- 22.1 Efeitos genéricos e específicos
- 22.2 Condenação Penal e reparação civil “ Acitio civilis ex delicto”
- 22.3 Absolvição criminal por inexistência do fato: falta de provas: “abolitio criminis”
- 22.4 Confisco como efeito da condenação e outros efeitos específicos

23. Da Reabilitação:

- 23.1 Conceito e finalidade da reabilitação

6. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 23.2 Efeitos da finalidade da reabilitação
- 23.3 Da Revogação Reabilitação – Hipóteses

24. Da Persecução Penal:

- 24.1 Conceito e Classificação da ação penal
- 24.2 Princípios que regem a ação penal(indisponibilidade e individualidade)
- 24.3 Ação penal pública e privada
- 24.4 Ação penal nos crimes complexos, nos crimes continuados e nos crimes habituais.
- 24.5 Ação penal nos concursos de crimes.
- 24.6 Ação penal nas hipóteses de imunidade parlamentar (formal ou material) e diplomática.
- 24.7 Direito de representação
- 24.8 Da natureza jurídica da Representação, do requerimento.
- 24.9 Retratação.
- 24.10 Da decadência
- 24.11 Da renúncia ao direito de queixa ou de representação.

25. Da Extinção da Punibilidade:

- 25.2 Conceito de Punibilidade.
- 25.3 Causas de Extinção da punibilidade.
- 25.4 Da abolitio criminis, anistia, graça e indulto.
- 25.5 Condições objetivas de punibilidade
- 25.6 Escusas absolutórias.
- 25.7 Momento em que ocorre a extinção da punibilidade e seus efeitos.
- 25.8 Prescrição: conceito, formas natureza jurídica, fundamentos e prazos.
- 25.9 Causas impeditivas e interruptivas da prescrição.
- 25.10 Decadência
- 25.11 Da Perempção
- 25.12 Da renúncia
- 25.13 Do Perdão
- 25.14 Prescrição da multa
- 25.15 Titular do Direito de concessão do perdão. Admissibilidade.
- 25.16 Efeitos do Perdão Judicial.

7. Procedimentos Pedagógicos / Metodologia

- Aula expositivo-dialogada;
- Aulas com retro-projetor e data show;
- Trabalhos individuais e / ou em grupos;
- Leitura de livros (brochuras);
- Seminários; (opcional)
- Projetos de extensão e pesquisa, inclusive no campo.

8. Sistemática de Avaliação

1. Avaliação qualitativa

- A avaliação deve ser mais um momento no processo de ensino-aprendizagem destinado à formação do aluno, à pesquisa e ao questionamento, e não simplesmente para verificação do nível de apreensão dos conteúdos, o que, todavia, também deve ser aferido, utilizando-se para tanto dos critérios e métodos pedagógicos conhecidos para aferição do aprendizado (**critério subjetivo**).

- A avaliação envolverá, além do aproveitamento de cada aluno nas provas (**critério objetivo**), também os seguintes requisitos: assiduidade, pontualidade, dedicação, participação, interesse, uso da interdisciplinaridade, capacidade de interpretação e crítica, bem como a postura ética e compromissada na condução das atividades acadêmicas relacionadas a cada disciplina (**critério subjetivo**).

2. Avaliação quantitativa

- Dentro dessa perspectiva, poderão ser aplicadas provas (escritas e/ou orais), questionários (inopinados ou previamente marcados), trabalhos escritos, fichamentos de livros, dissertações sobre temas relacionados a cada disciplina, trabalhos de pesquisa (individual ou em grupo), seminários e outros métodos didático-pedagógicos de avaliação mais adequados a cada disciplina, ressaltando sempre a importância do domínio do vernáculo pátrio como importante instrumento na atividade profissional do futuro jurista/operador do direito, que será objeto de avaliação obrigatória em todas as atividades acadêmicas (**critério objetivo**).

3. Atribuição de nota ao aluno

- Será considerado **aprovado** na disciplina o aluno que atender, sucessivamente, aos seguintes requisitos: **a) aprovado por média** (média acima de 7,0) ou submetido à **prova final** e que obtenha a **nota mínima** necessária (média final 5,0); e, **b) não ultrapassar a 25% (vinte e cinco por cento) de faltas não justificadas** da carga-horária total na respectiva disciplina.

9. Bibliografia

BÁSICA

CAPEZ, Fernando, **Curso de Direito penal, parte geral**, Vol.1, 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de direito penal; parte geral**, 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JESUS, Damásio E, de. **Direito penal: parte geral**, Vol. 1, 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

RECOMENDADA

FERRI, Enrico. **Princípios de direito criminal: o criminoso e o crime**. Tradução de Paolo Capitanio. 2ª ed. Campinas: São Paulo: Bookseller, 2003.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral: Arts.1 a120 do CP**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008

NORONHA, E Magalhães, **Direito penal: introdução e parte geral**. 36ª ed. São Paulo: Saraiva. 2001.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

JUAREZ CIRINO. Direito Penal. Parte Geral

LEITURA OBRIGATÓRIA

- **O DELITO**. Francisco carnелut. São Paulo Peritas, 2002

Local

Imperatriz - Maranhão

Nome do Professor

EDIANA DI FRANCO

Data

AGOSTO / 2009

Assinatura do Professor